



## RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “AS CARACTERÍSTICAS E O DESDOBRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL: APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO”<sup>1</sup>

### THE CHARACTERISTICS AND DEVELOPMENT OF THE POLICE SURVEY: APPLICABILITY OF FUNDAMENTAL RIGHTS OF WIDE DEFENSE AND CONTRADITORY

Recebido: 15/06/2022 | Aceito: 12/07/2022 | Publicado: 16/08/2022

**Tarcísio Leite Barros<sup>2</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-1630-1054>

 <http://lattes.cnpq.br/3010776385866378>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [tarcisio\\_leite@hotmail.com](mailto:tarcisio_leite@hotmail.com)

#### Resenha da obra:

SILVA, Paulo Ricardo Pereira da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. As características e o desdobramento do inquérito policial: aplicabilidade dos direitos fundamentais de ampla defesa e do contraditório. **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**. Ano II, Vol. II, n.4, jul.-dez., 2020.

#### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “As características e o desdobramento do inquérito policial: aplicabilidade dos direitos fundamentais de ampla defesa e do contraditório”. O texto é de autoria de Paulo Ricardo Pereira da Silva e Jonas Rodrigo Gonçalves. O trabalho aqui resenhado foi publicado nos Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

**Palavras-chave:** Inquérito Policial. Características e desdobramento. Aplicabilidade.

#### Abstract

*This is a review of the article entitled “The characteristics and development of the police inquiry: Applicability of fundamental rights of comprehensive defense and adversary”. This text was written by Paulo Ricardo Pereira da Silva and Jonas Rodrigo Gonçalves. The summary reviewed here here was published on “Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus”, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.*

**Keywords:** Police Inquiry. Features and deployment. Applicability.

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por *Érida Cassiano Nascimento*.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pelo Centro Universitário UniProcessus.

## Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “As características e o desdobramento do inquérito policial: aplicabilidade dos direitos fundamentais de ampla defesa e do contraditório”. O trabalho é de autoria de: Paulo Ricardo Pereira da Silva e Jonas Rodrigo Gonçalves. O resumo aqui resenhado foi publicado nos “Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus”, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Quanto aos autores do artigo, conheçamos um pouco acerca de seus currículos. Muito do que compõe a formação ou a experiência dos autores contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre os autores:

Paulo Ricardo Pereira da Silva é discente do curso de Direito da Faculdade Processus. Jonas Rodrigo Gonçalves é um renomado professor universitário, com experiência nas áreas de Ciência Política, Letras, Sociologia, Psicologia e Filosofia, autor de mais de 60 livros didáticos, Mestre em ciência política pelo Centro Universitário Euroamericano e Especialista em múltiplas áreas dentre elas, Letras (Revisão de Texto) pela Universidade Gama Filho/RJ, Didática do Ensino Superior em EAD e em Docência na Educação Superior pela Fasesa/GO e Formação em Educação a Distância pela Unip/DF, Atualmente, é Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília.

Este resumo expandido é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, resultados e discussões, considerações finais e referências.

No resumo do artigo consta:

Este resumo tem como tema as características e o desdobramento do Inquérito Policial: aplicabilidade dos Direitos Fundamentais de Ampla Defesa e do Contraditório. Investigou o seguinte problema: como as investigações policiais podem cumprir suas ações investigativas efetivamente, respeitando o amplo direito de defesa e do contraditório? Cogitou a seguinte hipótese: a estrutura base para a compreensão dessa discussão está fundamentada em diferentes questões que são determinantes para o desdobramento das investigações e a compreensão dos processos existenciais da Presunção de Inocência e da dignidade da pessoa humana. O objetivo Geral é realizar uma análise sistemática sobre a dinâmica complexidade dos Direitos de Ampla Defesa e do Contraditório no Inquérito Policial. Os objetivos específicos são: conceituar Inquérito Policial; realizar um estudo sobre a ampla defesa e o contraditório; explicar o que é Presunção de Inocência. Para ciência é relevante uma discussão que contribua com a comunidade acadêmica, um material bibliográfico que detalhe de forma dinâmica esta temática de estudo. Agrega à sociedade por ser uma discussão que trata os direitos fundamentais do cidadão em um estado democrático de direito. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

O tema do resumo é: “As características e o desdobramento do inquérito policial: aplicabilidade dos direitos fundamentais de ampla defesa e do

contraditório”. O problema debatido na obra foi o seguinte: “como as investigações policiais podem cumprir suas ações investigativas efetivamente, respeitando o amplo direito de defesa e do contraditório?”. A hipótese parte do mesmo princípio da problemática, evidenciando que a estrutura base para a compreensão dessa discussão está fundamentada em diferentes questões que são determinantes para o desdobramento das investigações e a compreensão dos processos existenciais da Presunção de Inocência e da Dignidade da Pessoa Humana.

No resumo, o objetivo primordial é realizar uma análise sistemática sobre a dinâmica complexidade dos Direitos de Ampla Defesa e do Contraditório no Inquérito Policial. Já em seus objetivos específicos constam: conceituar Inquérito Policial; realizar um estudo sobre a Ampla Defesa e o Contraditório; explicar o que é Presunção de Inocência.

O resumo é relevante para a ciência, pois levanta uma discussão que contribui com a comunidade acadêmica, é um material bibliográfico que detalha de forma dinâmica esta temática de estudo. Agrega à sociedade por ser uma discussão que trata os direitos fundamentais do cidadão em um estado democrático de direito.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa foi a revisão bibliográfica, em que os autores basearam-se em livros e jurisprudência que foram extremamente importantes para a formação dos conhecimentos em questão.

Os autores, de maneira muito relevante mencionam que é importante para o Estado Democrático de Direito a aplicação do contraditório, ampla defesa e dos Direitos Fundamentais. O inquérito policial investiga se um indivíduo cometeu certo crime ou delito, há uma análise em que os investigadores selecionam preferências que são determinantes para variáveis do acusado. Esta fase corresponde a uma lógica de diferentes protocolos que a Polícia Civil guarda ou até mesmo outras instituições no processamento das informações obtidas para o procedimento.

Claramente, os autores explicam que o inquérito se desenrola de acordo com uma construção de posicionamentos na investigação de um suspeito, a estrutura por sua vez tem uma fundamentação bastante sólida, os conceitos precisam ser inseridos de acordo com o desenvolver das ações policiais para a compreensão dos caminhos e dos passos dados pelo acusado.

Silva e Gonçalves mencionam que o princípio da ampla defesa é uma condição que a corporação deve ficar atenta. As propriedades que condizem com relatórios que são estabelecidos pela delegacia e pela autoridade policial devem ser encaminhadas para que seja afirmada a existência efetiva do inquérito policial.

De maneira assertiva os autores enfatizam que a presunção de inocência é um direito fundamental do ser humano no Estado Democrático de Direito, nenhuma pessoa pode ser considerada culpada antes do trânsito em julgado da sentença penal, o fato de o inquérito ser iniciado não é sinônimo de culpabilidade. Os doutrinadores e o âmbito jurídico debatem sobre o limite da

sistemática da Presunção de Inocência. O ordenamento jurídico brasileiro é competente na funcionalidade do Poder Judiciário em âmbito nacional. Em um país de regime democrático, deve haver um respeito muito rígido com relação a Presunção de Inocência.

Por fim, os autores concluem que, inocentes não devem pagar por crimes que não cometeram, um inquérito policial isolado não pode de forma alguma declarar a culpa de um indivíduo. A Presunção de Inocência oferece ao investigado a oportunidade de se defender, no âmbito do Judiciário, traz algumas regras que precisam ser analisadas pelo juiz caso precise fazer a emissão de mandado de segurança ou uma apreensão. É importante a construção de novos projetos para que então a polícia transforme as ações investigatórias mais efetivas, permitindo a ampla defesa ao investigado e mantendo os direitos constitucionais.

## Referências

SILVA, Paulo Ricardo Pereira da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. As características e o desdobramento do inquérito policial: Aplicabilidade dos direitos fundamentais de ampla defesa e do contraditório. **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 42-46, jul. 2020. ISSN 2674-9912. Disponível em: < <https://periodicos.processus.com.br/index.php/acppds/article/view/223> >. Acesso em: 23 abr. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 22 abr. 2022.